

Primeiras propostas são

FOLHA DE S. PAULO

favoráveis ao parlamentarismo

Do enviado especial a Brasília

As propostas encaminhadas até agora pelos constituintes à Subcomissão do Poder Executivo do Congresso constituinte são favoráveis ao parlamentarismo e admitem no máximo cinco anos de mandato para o presidente José Sarney. Nenhuma delas apóia o presidencialismo.



Para o senador José Fogaça

(PMDB-RS), 40, esse "é um indicador expressivo" das tendências do Congresso constituinte a respeito do futuro sistema de governo e do mandato de Sarney. Fogaça é o relator da Subcomissão do Poder Executivo, uma das mais importantes do Congresso constituinte por tratar justamente do mandato do atual e dos futuros presidentes.

Fogaça passou a tarde de ontem, em Brasília, trabalhando sobre as propostas que recebeu. De um total de quinze, só quatro não tratavam do mandato presidencial e do novo sistema de governo. Deputados e senadores de diferentes partidos — PMDB, PFL e PDS — apresenta-

ram projetos fixando a próxima eleição presidencial, no máximo, em 1988 ou 1989.

É o caso do senador Ruy Bacellar (PMDB-BA). Sua proposta fixa a futura eleição presidencial para 120 dias após promulgada a nova Constituição. É o mesmo projeto apresentado pelo deputado federal Adylson Motta (PDS-RS). Nesta hipótese, prevalecendo os atuais prazos da Constituinte, haveria eleição presidencial em março do ano que vem. Já o deputado Inocêncio de Oliveira (PFL-PE) fixa o atual mandato em cinco anos.

Outros dois projetos encaminhados à subcomissão propõem diretas para

todos os 559 constituintes, que começará a ser feita ainda esta semana.

Fogaça preparou um questionário — que será processado pelo Prodasen (Centro de Processamento de Dados do Senado) — com quatro perguntas: sobre o futuro sistema de governo, sobre a duração do mandato de Sarney, sobre a tese da reeleição dos presidentes da República e sobre o que o senador chamou de "transição técnica". Trata-se do momento delicado em que o presidente Sarney abriria mão de uma parte de seus poderes, na hipótese de aprovação do parlamentarismo e no caso de este sistema ser aplicado já no atual governo. (Alexandre Polesi)

o presidente a 15 de novembro de 1988. É o caso das propostas do deputado Mendes Ribeiro (PMDB-RS) e do deputado Pedro Canedo (PFL-GO).

A tese parlamentarista recebeu apoio de deputados como Cunha Bueno (PDS-SP) e José Camargo (PFL-SP). O deputado Jorge Arbage (PDS-PA) foi além: ele defende a realização de um plebiscito sobre o novo sistema de governo a ser definido pelo Congresso constituinte. Segundo Fogaça, o pensamento real dos constituintes sobre esses temas poderá ser melhor definido dentro de quinze dias. É este o prazo máximo que ele determinou para receber os resultados de uma pesquisa junto a

Maciel faz hoje uma palestra na Constituinte

O ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, inaugura hoje, às 9h30, a série de audiências públicas do Congresso constituinte, fazendo uma palestra sobre o futuro sistema de governo para os membros da Subcomissão do Poder Executivo da Constituinte.

As audiências públicas, previstas no regimento da Constituinte, destinam-se a dar subsídios aos trabalhos dos constituintes nos temas de suas comissões. Maciel falará durante uma hora.